

COMPREENDER
AS POLÍTICAS
DA UNIÃO
EUROPEIA



Comissão
Europeia

Desenvolvimento e cooperação

Lutar contra
a pobreza
num mundo
em mudança

«Todos sabemos que dispomos dos recursos tecnológicos, financeiros e materiais necessários para eliminar a pobreza extrema do nosso planeta até 2030. Não há desculpa para não o fazermos».

Andris Piebalgs, comissário europeu para o Desenvolvimento



COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos.

Outros títulos disponíveis para descarregamento em linha:
http://europa.eu/pol/index_pt.htm

Como funciona a União Europeia
«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento
Os Fundadores da União Europeia

Ação climática
Agenda digital
Agricultura
Ajuda humanitária
Alargamento
Alfândegas
Ambiente
Assuntos marítimos e pescas
A União Económica e Monetária e o euro
Comércio
Concorrência
Consumidores
Cultura e audiovisual
Desenvolvimento e cooperação ✕
Educação, formação, juventude e desporto
Emprego e assuntos sociais
Empresas
Energia
Fiscalidade
Fronteiras e segurança
Investigação e inovação
Justiça, cidadania e direitos fundamentais
Luta contra a fraude
Mercado interno
Migração e asilo
Orçamento
Política externa e de segurança
Política regional
Saúde pública
Segurança dos alimentos
Transportes

ÍNDICE

Por que precisamos de uma política europeia de desenvolvimento e cooperação	
Mais do que a simples soma das partes.....	3
A abordagem da União Europeia	
Uma perspetiva adaptada às necessidades	6
O que faz a União Europeia	
Passar das palavras à ação	9
Perspetivas	
Tornar realidade as nossas ambições.....	15
Mais informações	16

Compreender as políticas da União Europeia: Desenvolvimento e cooperação

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito concluído em fevereiro de 2014

Capa e fotografia da página 2: © iStockphoto.com/lucadp

16 p. — 21 × 29,7 cm
ISBN 978-92-79-24219-9
doi:10.2775/57483

Luxemburgo: Serviço das Publicações
da União Europeia, 2014

© União Europeia, 2014
Reprodução autorizada. As fotografias só podem
ser utilizadas ou reproduzidas mediante a autorização
prévia dos detentores dos direitos de autor.

Por que precisamos de uma política europeia de desenvolvimento e cooperação

Mais do que a simples soma das partes

Ao disponibilizarem 55,2 mil milhões de euros a título de ajuda pública ao desenvolvimento em 2012, as instituições europeias e os 28 países da União Europeia, no seu conjunto, concederam mais de metade da ajuda pública ao desenvolvimento a nível mundial e afirmaram-se como o principal doador do planeta.

A Comissão Europeia concedeu mais de 13,5 mil milhões de euros de ajuda externa em 2012. O forte empenhamento da União Europeia em ajudar os países em desenvolvimento a recuperar do seu atraso é simultaneamente uma manifestação de solidariedade e uma forma de tornar o mundo mais seguro e mais próspero. A conjugação de esforços a nível europeu já demonstrou repetidamente a sua eficácia: a posição ímpar da União Europeia permite-lhe atuar em domínios onde a ação de um país isolado não consegue fazer tanta diferença.

Em termos mundiais, a UE está presente em 140 países e possui uma vasta experiência, bem como uma credibilidade e uma neutralidade inigualáveis em matéria de direitos humanos, observação eleitoral, governação e resolução de crises. Os programas da União duram vários anos e por isso mobilizam uma ajuda duradoura e previsível: dois aspetos essenciais para assegurar um desenvolvimento sustentável.

A União Europeia desempenha um importante papel de coordenação das ações dos diversos doadores. Graças à sua dimensão supranacional, pode estabelecer objetivos conjuntos ambiciosos e encontrar soluções mais amplas para os desafios que se colocam ao desenvolvimento mundial. Na conjuntura económica atual, faz mais do que nunca sentido evitar a duplicação de esforços. Importa referir, por último, que a União tem a massa crítica necessária para fazer face a tais desafios.

A ação da UE em prol do desenvolvimento é devidamente coordenada com os seus esforços noutros domínios, como a ajuda humanitária, o ambiente, a segurança e a política comercial.

A solidariedade no centro da construção europeia

A cooperação para o desenvolvimento faz parte do processo de integração europeia desde o início. O Tratado de Roma (1957) já previa a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento para prestar assistência às colónias e territórios ultramarinos. Quando o processo de descolonização começou, no início da década de 1960, os Estados-Membros acordaram em partilhar parte dos custos do apoio às antigas colónias após a independência das mesmas. Esta política foi-se alargando, incluindo cada vez mais países em desenvolvimento da Ásia, da América Latina e das regiões europeias vizinhas da UE.

No ano 2000, teve lugar a assinatura do ambicioso Acordo de Cotonu entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Este acordo, comercial e de ajuda, que constitui a parceria mais vasta até agora estabelecida entre os países ACP e a UE, foi concluído por um período de vinte anos. O seu objetivo é unir esforços para erradicar a pobreza e ajudar os países ACP a se integrarem na economia mundial.

Através de instrumentos financeiros complementares, como o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e o Instrumento Europeu de Vizinhança, a UE faz chegar a sua ação a outras regiões do mundo.

Ainda no ano 2000, a União Europeia comprometeu-se a apoiar os objetivos de desenvolvimento do milénio estabelecidos pelas Nações Unidas com o intuito de reduzir a pobreza extrema até 2015.

O Tratado de Lisboa reforçou a base jurídica da cooperação para o desenvolvimento da União Europeia, apontando claramente a redução e a erradicação da pobreza como os principais objetivos dessa política. Estes objetivos devem ser respeitados sempre que a União aplique políticas que possam afetar os países em desenvolvimento. Isso significa que a política de desenvolvimento é uma política por direito próprio.

Um contributo essencial para os objetivos de desenvolvimento do milénio

Na Cimeira das Nações Unidas de 2000, a União Europeia comprometeu-se, lado a lado com outras potências mundiais, a erradicar a pobreza até 2015. Foram definidos oito objetivos de desenvolvimento do milénio:

- *erradicar a pobreza extrema e a fome;*
- *alcançar o ensino primário universal;*
- *promover a igualdade de género;*
- *reduzir a mortalidade infantil;*
- *melhorar a saúde materna;*
- *combater o VIH/sida, a malária e outras doenças;*
- *garantir a sustentabilidade ambiental;*
- *criar uma parceria mundial.*

Um esforço constante para aumentar a eficácia

Os objetivos de desenvolvimento do milénio estão no centro da ação da Europa no domínio da cooperação para o desenvolvimento, constituindo as suas metas principais. Reunir o financiamento necessário é parte do desafio de alcançar esses objetivos. Com este fim, em 2002, realizou-se em Monterrey, no México, uma Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento do Desenvolvimento, que conduziu ao Consenso de Monterrey, no âmbito do qual os chefes de Estado e de Governo se comprometeram a mobilizar todas as fontes de financiamento possíveis (nacionais e internacionais, públicas e privadas), designadamente através de um aumento substancial da assistência ao desenvolvimento.

Desde então, a União Europeia realiza avaliações anuais do seu contributo coletivo para os países em desenvolvimento.



Crianças na estrada entre Keren e Barentu, na Eritreia. A União Europeia ajudou o país a reerguer-se após a guerra fronteiriça com a Etiópia em 1998.

«Agenda para a mudança»: a resposta da UE aos novos desafios

Para que os objetivos de desenvolvimento sejam cumpridos, as políticas da União Europeia têm de conseguir acompanhar uma conjuntura mundial em rápida evolução. A UE tem constantemente de adaptar a sua política de cooperação para o desenvolvimento a uma série de desafios e oportunidades, que vão desde a escassez de recursos naturais ao crescimento das economias emergentes e às consequências da crise económica.

A «Agenda para a mudança», adotada em 2011, é uma estratégia que visa reduzir a pobreza mediante a introdução de importantes alterações na forma como a ajuda da União Europeia é prestada, nomeadamente:

- Diferenciação: dar prioridade, na concessão de ajuda ao desenvolvimento, aos países onde esta possa ter mais impacto ou ser mais necessária. O tipo de apoio mais eficaz deve ser definido à luz da situação de cada país.
- Concentrar as atividades desenvolvidas pela UE, no máximo, em três setores por país.
- Melhorar a coordenação da UE de modo a produzir melhores resultados e um maior impacto no desenvolvimento.
- Pôr a ênfase nos direitos humanos, na democracia e na boa governação, retirando ensinamentos das recentes mudanças ocorridas no Norte de África e no Médio Oriente.

- Aumentar o apoio a um crescimento inclusivo e sustentável, intervindo mais ativamente em setores estratégicos como a agricultura e a energia, e promover o desenvolvimento do setor privado.
- Reforçar a coerência entre as várias políticas para garantir que os aspetos referentes ao desenvolvimento são tidos em conta em todos os domínios de ação da UE. Deste modo, por exemplo, poderá tirar-se um maior partido da relação existente entre o desenvolvimento e o comércio.

Grandes expectativas, grandes oportunidades

Embora a percentagem de pessoas que vivem numa situação de extrema pobreza nos países em desenvolvimento tenha diminuído de 46% para 27% entre 1990 e 2005, cerca de 1,2 mil milhões de pessoas em todo o mundo vivem ainda abaixo do limiar de pobreza, tal como definido a nível internacional: 1,25 dólares por dia. Se, por um lado estes valores mostram os progressos animadores realizados, por outro, revelam a dimensão dos desafios que ainda temos pela frente.

Mais de uma década após a adoção dos objetivos de desenvolvimento do milénio, muitos países conseguiram sair de uma situação de pobreza e de conflito. Alguns tornaram-se doadores internacionais responsáveis e economias dinâmicas. Infelizmente, muitos também regrediram para situações de pobreza, conflito e insegurança ainda mais profundas, e alguns continuam a negar a os seus cidadãos o exercício de direitos humanos fundamentais.

Mas, a pobreza não é o único problema. As insurreições recentemente observadas, sobretudo na região mediterrânica, mostram que o desenvolvimento tem de ser acompanhado pela defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A União Europeia integra essas questões em todos os aspetos da sua política de desenvolvimento.

A União presta particular atenção aos países mais vulneráveis, aos quais afeta quase metade da sua ajuda ao desenvolvimento. Nos países com crises recorrentes, onde vivem as populações mais vulneráveis do mundo, a ajuda será cada vez mais direcionada para a promoção da paz e a consolidação do Estado, o que melhorará a sua qualidade e maximizará o seu impacto. Após a ocorrência de crises, nomeadamente depois de um conflito ou uma catástrofe natural, todos os doadores serão incentivados a assegurar uma transição da ajuda humanitária para a ajuda ao desenvolvimento sustentável e a melhorar a coordenação entre si, tendo em vista

fomentar a estabilidade. A União Europeia é um parceiro fundamental neste «novo pacto para a ação» para os Estados frágeis.

Ação concertada para retirar as pessoas da pobreza

A política de desenvolvimento está relacionada com as grandes questões mundiais em que a União Europeia está a trabalhar juntamente com os seus parceiros. Desde as alterações climáticas e as preocupações de segurança, como o terrorismo ou o tráfico de seres humanos, à migração e à segurança energética, a cooperação para o desenvolvimento pode contribuir positivamente para a ação da União no mundo.

A colaboração com as nações em desenvolvimento também contribui para a concretização dos objetivos de crescimento que a União Europeia definiu para os próximos anos. O trabalho em parceria com os países em desenvolvimento e as economias emergentes fomenta um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, em sintonia com a estratégia «Europa 2020». Aumentar a prosperidade e promover mercados abertos e justos em todo o mundo cria uma situação em que todos saem a ganhar, e de que tanto os países parceiros como a União tiram benefícios económicos.

É essencial que a uma política de despesas seja eficiente. A União esforça-se por utilizar da melhor forma possível os fundos disponíveis coordenando eficazmente as ações previstas.



A cooperação da União Europeia com o Sudão está centrada na interligação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento, como acontece neste campo para pessoas deslocadas no norte do Darfur.

A abordagem da União Europeia

Uma perspetiva adaptada às necessidades

A União Europeia combina diferentes estratégias para ajudar os países mais necessitados. A ajuda é fornecida, sobretudo, através de projetos, subvenções e contratos, mas também através da prestação de apoio a um setor específico ou ao orçamento.

- **Projetos, subvenções e contratos**

Um projeto consiste numa série de atividades realizadas para atingir objetivos específicos num determinado período e com um determinado orçamento. As subvenções são contribuições financeiras diretamente concedidas a organizações ou a projetos por estas executados, sendo atribuídas aos melhores candidatos através de convites à apresentação de propostas. Os contratos são adjudicados através de concursos de aquisição de serviços, bens ou obras.

- **Apoio orçamental**

O apoio orçamental envolve transferências financeiras para o erário público do país parceiro, conjugadas com um intenso diálogo político, bem como medidas destinadas a avaliar e a melhorar o impacto desses fundos. Baseado em parcerias e na responsabilidade mútua, o apoio orçamental é um importante

instrumento de financiamento das estratégias de desenvolvimento dos países parceiros. A atribuição da ajuda é adaptada às necessidades identificadas pelo país em causa, conferindo-se grande relevância às estratégias definidas a nível nacional.

Para beneficiar de apoio orçamental, os países devem demonstrar que respeitam os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito, e satisfazer critérios rigorosos, nomeadamente no tocante à gestão das finanças públicas.

- **Apoio setorial**

Grande parte dos fundos para o desenvolvimento disponibilizados pela União Europeia destinam-se a setores específicos dos países terceiros, por exemplo, a energia, a agricultura ou a educação. Esses setores são apoiados por meio da concessão de um reforço financeiro a programas executados pelos países parceiros. O financiamento pode traduzir-se em apoio ao orçamento do setor em causa, em subvenções e contratos, ou na agregação dos recursos provenientes de diversos doadores.

Lida e Alina, da localidade de Cazanesti, na Moldávia, beneficiaram do apoio da União Europeia aos serviços sociais do seu país.



Uma abordagem horizontal e outra vertical

Os mecanismos de financiamento do desenvolvimento adotados pela União podem ter um âmbito geográfico ou temático. Em relação aos anos de 2014-2020, há três instrumentos geográficos e três instrumentos temáticos que definem onde e como os fundos são gastos.

O grosso dos fundos de desenvolvimento provém dos instrumentos geográficos.

- O Fundo Europeu de Desenvolvimento é o principal instrumento de concessão de ajuda aos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e aos países e territórios ultramarinos.
- O Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento abrange a cooperação com a América Latina, a Ásia, a Ásia Central, o Médio Oriente e a África Austral. Compreende cinco programas temáticos centrados em desafios à escala global: a proteção do ambiente, o papel dos atores não estatais, a segurança alimentar, a migração e o desenvolvimento humano e social.
- O financiamento da cooperação com os países vizinhos da União é canalizado através do Instrumento Europeu de Vizinhança.

Estes instrumentos são complementados por outros de carácter temático, abertos a todos os países em desenvolvimento.

- O Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos visa proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, bem como a democracia e o Estado de direito.
- O instrumento para a estabilidade e a paz reforça a segurança em situações de crise e apoia a transição subsequente para a estabilidade.
- O instrumento para a cooperação no domínio da Segurança Nuclear promove a segurança nuclear, a proteção contra as radiações e a preparação para situações de emergência.

Os programas temáticos da União incentivam a participação da sociedade civil e das autoridades locais na cooperação para o desenvolvimento.

Melhor, mais e mais rápido: eficácia da ajuda e do desenvolvimento

O consenso europeu sobre o desenvolvimento cria um quadro de princípios comuns que permitem que a União Europeia e os seus países membros apliquem as respetivas políticas num espírito de complementaridade e eficiência.

A UE monitoriza a qualidade da ajuda com base em metas concretas acordadas a nível internacional na Declaração de Paris (2005) e na Agenda para a Ação adotada em Acra (2008), posteriormente revistas pelo Fórum de Alto Nível realizado em Busan, que criou a Parceria sobre uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento (2011).

Enquanto membro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (CAD-OCDE), a União Europeia não se tem poupado a esforços nas instâncias internacionais para melhorar o impacto da cooperação para o desenvolvimento. Estabeleceu objetivos ambiciosos em termos de aumento da eficácia da ajuda ao desenvolvimento à escala mundial e reformulou a forma como distribui a sua ajuda de modo a atingir esses objetivos.

O Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizado em 2011 em Busan, na Coreia do Sul, assinalou um ponto de viragem na cooperação para o desenvolvimento a nível mundial. Participantes de mais de 160 governos, bem como de organizações internacionais, da sociedade civil e do setor privado, definiram uma série de princípios, objetivos e compromissos para aumentar a eficácia da cooperação, substituindo o enfoque exclusivamente centrado na ajuda por uma abordagem mais ampla, que abranja todos os agentes do desenvolvimento.

No seguimento do Fórum, a União Europeia decidiu concentrar a sua resposta coletiva imediata em duas iniciativas:

- A Garantia de Transparência da UE, que visa fornecer informações sobre a ajuda a nível internacional, que sejam comparáveis, atualizadas e de fácil acesso. Com esse fim, a União Europeia e vários dos seus Estados-Membros já aplicam uma norma comum, universalmente aceite, em matéria de publicação de informações sobre a ajuda, disponibilizando dados pormenorizados e atuais sobre como e onde é gasta.

- A programação conjunta visa dar uma resposta comum da Europa a um plano de desenvolvimento de um país parceiro, nomeadamente através da divisão de tarefas. A União e os seus Estados-Membros definem entre si o doador que irá operar em cada setor, o que permite aumentar a eficácia e melhorar os resultados. A União Europeia assume o papel de coordenação e facilitação. Já iniciou a programação conjunta em mais de 20 países e tenciona aplicá-la em cerca de 40 países parceiros, abrangendo assim mais de 60% da ajuda programável por país gerida por instituições da UE.

A próxima etapa neste processo internacional é a primeira reunião de alto nível da Parceria Global para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento, que terá lugar no México em abril de 2014 e que analisará os progressos realizados em relação aos compromissos assumidos, além de procurar solucionar quaisquer dificuldades encontradas e acelerar o cumprimento dos mesmos.

A política de desenvolvimento da União Europeia e a cooperação bilateral dos seus Estados-Membros com os países em desenvolvimento reforçam-se mutuamente. Muitas outras políticas da União afetam esses países e são, por isso, coordenadas com a sua política de desenvolvimento.



A União Europeia gere programas de promoção da saúde reprodutora e infantil em campos de refugiados como este, na Tailândia.

A Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação da Comissão Europeia — EuropeAid — é responsável pela definição da política de cooperação para o desenvolvimento da União e pela execução da ajuda nos países parceiros. Para reforçar a coerência entre as relações externas e a cooperação para o desenvolvimento, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) procura harmonizar todas as suas políticas e ações com os objetivos de desenvolvimento.

A União Europeia conta com 140 delegações e gabinetes em todo o mundo. Estes gerem os programas de desenvolvimento e cooperação, além de representarem a UE nos países onde estão situados. Após um conflito ou uma catástrofe natural, por exemplo, a delegação local da União pode reajustar as prioridades da ajuda a fim de dar resposta às necessidades mais urgentes.

Na definição das políticas, bem como na distribuição e monitorização da assistência, a União Europeia colabora com organizações internacionais, cujas redes e conhecimentos especializados complementam os seus próprios recursos. Entre os principais organismos e grupos incluem-se a Organização das Nações Unidas, a OCDE, o Banco Mundial, o G8 e o G20. Através de um diálogo e de contactos regulares, a União mobiliza outros doadores tradicionais importantes (por exemplo, os Estados Unidos, o Japão e a Coreia) e, cada vez mais, as economias emergentes.

O papel da sociedade civil

A sociedade civil é um parceiro fundamental dos doadores nos países em desenvolvimento. Entre os atores não estatais podem figurar, por exemplo, organizações não governamentais (ONG), associações profissionais, parceiros sociais, universidades ou meios de comunicação social. Regra geral, estas entidades estão próximas das comunidades locais e podem ajudar os doadores a responder às necessidades das populações, pelo que assumem cada vez mais responsabilidades na formulação de estratégias e programas.

Quando a sociedade civil tem um papel mais forte no desenvolvimento, as intervenções são mais facilmente aceites e assumidas pelas comunidades locais.

O que faz a União Europeia

Passar das palavras à ação

À medida que se aproxima 2015, o ano em que termina o prazo fixado para a realização dos objetivos de desenvolvimento do milénio, os progressos obtidos dão uma indicação clara da escala e do ritmo de desenvolvimento alcançados nos últimos 12 anos.

Segundo um relatório das Nações Unidas publicado em julho de 2012, já foram atingidos vários objetivos-chave:

- a pobreza extrema foi reduzida para metade e está a diminuir em todas as regiões;
- a percentagem de pessoas sem acesso a fontes de abastecimento de água potável diminuiu para metade;
- a qualidade de vida de mais de 200 milhões de habitantes de bairros da lata melhorou, o que equivale ao dobro do objetivo fixado para 2020;
- existem tantas raparigas como rapazes inscritas no ensino primário;
- estão a registar-se rápidos progressos na redução da mortalidade infantil e materna.

A União Europeia contribuiu significativamente para estes resultados. Dos investimentos em saúde, educação e infraestruturas rodoviárias ao financiamento da agricultura, o seu apoio produziu progressos palpáveis. Desde o ano 2000, o apoio da União permitiu que mais de 13 milhões de crianças frequentassem o ensino primário e mais de 18 milhões fossem vacinadas contra o sarampo. A ajuda europeia ao desenvolvimento foi fundamental para que milhões de famílias tivessem acesso a água potável e ao saneamento básico. Dado que alguns objetivos, nomeadamente no que se refere à fome e ao saneamento básico, ainda estão aquém do previsto, a UE decidiu atribuir, em setembro de 2011, um montante adicional de mil milhões de euros para apoiar o seu cumprimento nos países do grupo ACP que revelam maiores atrasos.

Em conjunto com os seus países membros, a União Europeia é o maior doador a nível mundial no setor da energia, tendo já ajudado milhões de pessoas a aceder a fontes de energia sustentável. Além disso, é o maior contribuinte de financiamento para lutar contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento. O seu apoio contribui para proteger

a biodiversidade em todo o mundo, defender os países contra as catástrofes naturais e melhorar a proteção das florestas, nomeadamente através do combate ao abate ilegal de árvores.

Um apoio à medida

O apoio da União Europeia é adaptado às necessidades de cada uma das áreas da cooperação para o desenvolvimento. Financia vários programas e iniciativas que beneficiam regiões inteiras e não apenas países ou setores isolados. A cooperação regional permite responder eficazmente a desafios que não conhecem fronteiras, como é o caso das alterações climáticas e do comércio. As iniciativas de caráter temático empreendidas a nível mundial têm devidamente em conta a especificidade das situações locais.

Quatro em cada cinco dos países menos desenvolvidos do mundo são países ACP, a maioria dos quais africanos. O grosso do financiamento da UE para esta região provém do Fundo Europeu de Desenvolvimento, que disponibilizou no total 22,7 mil milhões de euros no período de 2008-2013.

A parceria estratégica África-União Europeia estabelece o quadro de cooperação entre os dois continentes. Em 2007, os parceiros chegaram a acordo sobre uma estratégia conjunta África-UE que definiu metas para cada um dos setores. Essa estratégia está a dar um importante contributo para o avanço dos objetivos de desenvolvimento do milénio, estabelecendo metas mensuráveis e controlando os progressos realizados. Por exemplo, os parceiros europeus e africanos



Um projeto de «alimentos a troco de trabalho» na zona de Nairobi, Quênia, fornece água para o gado e as culturas.



O Egito alcançou o seu objetivo de ensino primário universal.

estão no encalço de vários objetivos concretos quanto à criação de serviços energéticos fiáveis, seguros, economicamente acessíveis e amigos do ambiente em ambos os continentes até 2020.

O rápido desenvolvimento registado em toda a Ásia fez cair significativamente os índices de pobreza, mas ainda assim vivem nesta região dois terços dos pobres do mundo. Em consequência, é necessário adotar uma abordagem diferenciada, que distinga entre os países pobres e as economias emergentes. Nas suas relações com estas últimas, a União Europeia está progressivamente a deixar de ser um doador de ajuda para assumir o papel de parceiro estratégico. Como

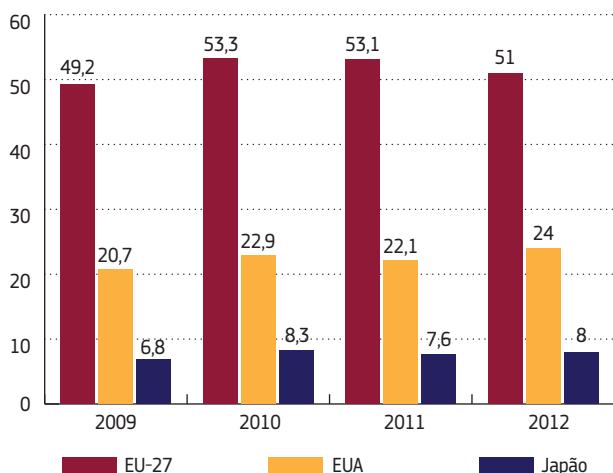
tal, também contribuiu para os progressos alcançados. No período de 2007-2013 foi afetado à cooperação regional com a Ásia um montante indicativo de 775 milhões de euros.

A ênfase na cooperação e não na ajuda caracteriza igualmente o trabalho da União com os seus países vizinhos. A Política Europeia de Vizinhança presta assistência a esses países, a fim de reforçar a prosperidade, a segurança e a estabilidade para além das fronteiras da UE. No período de 2007-2013, foram disponibilizados para o efeito quase 12 mil milhões de euros.

Em resposta às insurreições populares ocorridas na região mediterrânica, a União tem vindo a aplicar uma nova abordagem de apoio às reivindicações de participação e liberdade políticas. Além disso, concede uma importante ajuda a países vulneráveis (50% da ajuda total da UE). Em situações de emergência, dá prioridade à resposta a necessidades prementes, mas sem deixar de garantir a coerência entre a resposta humanitária e o desenvolvimento sustentável.

A União é o principal doador e o segundo maior investidor estrangeiro na América Latina, além de ocupar o segundo lugar entre os seus parceiros comerciais mais importantes. Esta parceria tem sido bem sucedida no tocante à concretização dos objetivos de desenvolvimento do milénio na região, especialmente em termos de acesso ao ensino primário. Subsistem ainda desafios como as desigualdades, a falta de infraestruturas e o insuficiente acesso a água potável. O financiamento da UE à América Latina ascende, em média, a 500 milhões de euros por ano. Este apoio dá prioridade à coesão social, à integração regional, à boa governação e ao desenvolvimento sustentável.

**AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO
(EM MILHARES DE MILHÃO DE EUROS)**



A União Europeia foi o maior doador a nível mundial em 2012. O montante global desse ano foi ligeiramente inferior ao de 2011 porque o aumento das ajudas concedidas por alguns Estados-Membros foi contrabalançado pela diminuição das ajudas concedidas por outros em consequência da crise.

Ajudar as pessoas a ajudar-se a si próprias

Da segurança alimentar e dos desafios ambientais aos aspetos sociais e aos direitos humanos, a União Europeia intervém onde quer que seja necessário e onde possa fazer a diferença.

Governança democrática — Esta é uma das principais prioridades da cooperação para o desenvolvimento. Nos últimos anos, a UE tem conseguido conjugar o diálogo político com os países terceiros, o apoio a setores específicos e as ações de sensibilização para melhorar a governação. Só em 2010, foram canalizados para as ações de apoio à governação 1,5 mil milhões de euros dos recursos para o desenvolvimento geridos pela União.



A União Europeia financia um projeto de conservação da biodiversidade na Reserva Florestal de Gola, na Serra Leoa, um dos países menos desenvolvidos do mundo.

Agricultura e segurança alimentar — A União Europeia fez da erradicação da pobreza e da fome uma das suas prioridades. Todos os anos disponibiliza 600 milhões de euros para que pessoas de todo o mundo tenham acesso a alimentos essenciais, para além da assistência alimentar humanitária concedida em situações de crise. Mais de 50 milhões de pessoas beneficiaram do Fundo da Facilidade Alimentar da União Europeia, lançado em 2009. A UE forneceu a cerca de 24 milhões de pessoas sementes, ferramentas, transferências em numerário e alimentos ao longo do período de 2004-2010, a fim de ajudá-las a sair da pobreza. A produtividade dos pequenos agricultores e a resiliência das comunidades rurais pôde ser reforçada através da promoção de um modelo agrícola sustentável e adaptado à realidade dos países em desenvolvimento.

Comércio — Na última década, o comércio ajudou milhões de pessoas a escapar à pobreza. A União Europeia é o maior fornecedor de ajuda ao comércio e o seu mercado é o mais aberto do mundo aos países em desenvolvimento. O Sistema de Preferências Generalizadas permite reduzir as taxas aduaneiras aplicadas a bens provenientes de 176 países e territórios em desenvolvimento. A União presta assistência à integração dos países ACP na economia mundial, ao mesmo tempo que as economias e o crescimento locais podem ser estimulados através de acordos de parceria económica com a UE. Estes últimos vão além dos acordos de comércio livre, uma vez que têm o contexto socioeconómico em conta e ajudam os países na respetiva aplicação. Embora abram os mercados da UE aos países ACP, concedem a estes últimos um período de até 25 anos para abrirem os seus mercados às importações da União.

O comércio, motor de crescimento para os países mais necessitados

Na sua estratégia «Ajuda ao comércio», a União Europeia está particularmente atenta às necessidades dos países menos desenvolvidos para que estes sejam plenamente incluídos no sistema de comércio internacional. Estes esforços têm contribuído para que a situação melhore no terreno: entre 2000 e 2008, o PIB per capita destes países aumentou de 325 dólares para mais de 625 dólares. Em 2012, a UE apresentou vários planos para que os países menos desenvolvidos pudessem beneficiar ao máximo da abertura dos mercados. Deste modo, serão ajudados a superar as barreiras comerciais, a cumprir as normas internacionais e a melhorar o seu ambiente comercial.

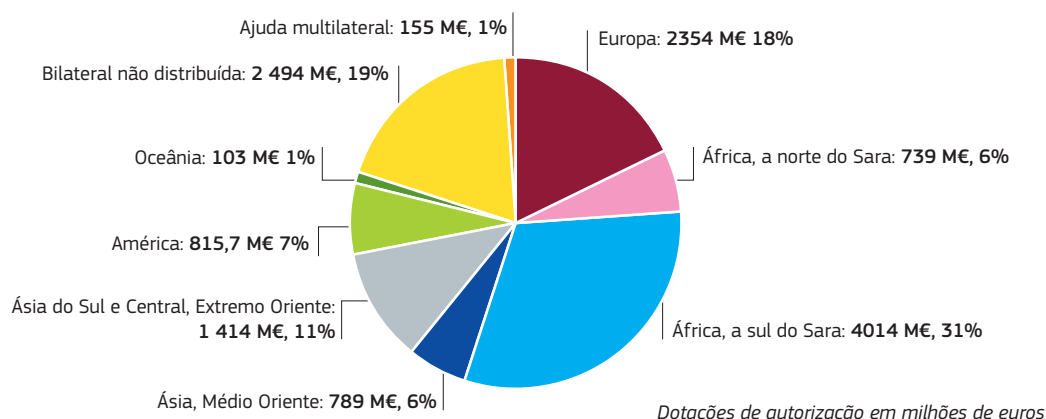
Água e energia — Desde 2004 mais de 70 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento foram ligadas a redes de abastecimento de água potável e 24,5 milhões a infraestruturas de saneamento básico. Os programas da UE nos domínios da água e do saneamento ascendem a quase 400 milhões de euros por ano e ajudam a construir infraestruturas para redes de abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais, além de promoverem o saneamento básico e a higiene.

Dado que a pobreza energética continua a ser um desafio mundial premente, a União tem investido fortemente no acesso, sustentabilidade e segurança da energia nos países em desenvolvimento. Só em 2010, afetou um montante total de 319,49 milhões de euros à sua produção e abastecimento. Estes esforços começam agora a dar frutos. Entre 2007 e 2011, 15 milhões de beneficiários tiveram acesso a serviços energéticos modernos nos países ACP, onde o problema se faz sentir mais intensamente.



Crianças lavam os dentes num projeto da UE no domínio da saúde na Nicarágua, América Central.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA AJUDA DA UE AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO EM 2012



Energia sustentável para todos

Na sequência do lançamento da iniciativa das Nações Unidas de fornecimento de energia sustentável para todos, a União Europeia fez deste objetivo uma das principais prioridades da sua política de desenvolvimento. Foram estabelecidos três objetivos nesta matéria para 2030:

- *acesso universal a serviços energéticos modernos;*
- *duplicação do ritmo de melhoria da eficiência energética;*
- *duplicação da quota-parte de energias renováveis no cabaz energético global.*

Na Cimeira Energia Sustentável para Todos, organizada pela UE em 2012, o presidente da Comissão, Durão Barroso, anunciou que a União Europeia ajudaria os países em desenvolvimento facultando o acesso à energia a mais 500 milhões de pessoas até 2030.

do desenvolvimento sustentável e ratificou todos os acordos ambientais multilaterais mais importantes. No âmbito das suas políticas de redução da pobreza, está a aplicar uma estratégia de gestão dos recursos naturais que contribui diretamente para assegurar a sustentabilidade ambiental, um dos objetivos de desenvolvimento do milénio. Entre os progressos neste domínio figuram a diminuição do ritmo de desflorestação, a requalificação dos bairros de lata e um maior acesso a água potável. No entanto, os desafios ambientais continuam a ser grandes. No período de 2011-2013, esta estratégia contou com um financiamento de cerca de 517 milhões de euros.



Chafariz na Papua-Nova Guiné: o acesso a água potável continua a ser um problema grave nos países em desenvolvimento.

Recursos ambientais e naturais — Os países mais pobres do mundo são também os mais vulneráveis aos riscos ambientais, nomeadamente aos efeitos das alterações climáticas, além de serem duramente atingidos pelo esgotamento dos recursos naturais. A União Europeia é o maior defensor internacional

Fomentar a segurança alimentar no Haiti depois do terremoto

O Haiti é um dos países mais pobres do mundo. O terremoto que assolou o país, em janeiro de 2010, veio agravar ainda mais a crise alimentar que já afetava a população. Os elevados preços das importações, conjugados com as perdas agrícolas causadas por vários furacões, tinham tido um efeito devastador na segurança alimentar.

A situação melhorou graças a um projeto financiado pela União Europeia que abrangeu 300 000 agregados familiares rurais na província nordeste do Haiti. As atividades do projeto visavam aumentar e diversificar a agricultura, bem como melhorar a gestão da água e a aquicultura.

A iniciativa beneficiou enormemente a vida da população local. A construção de 692 reservatórios de água e de 2550 silos para a conservação de cereais e a distribuição de sementes permitiu aumentar consideravelmente a produção e os meios de subsistência.

«Se houver seca e não tivermos um reservatório de água, perdemos a produção toda», explica Gédéon Richè, um beneficiário do projeto. «Graças ao reservatório, agora a produção é boa, tenho legumes para comer e isso ajuda muito a minha família».

O projeto, executado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, recebeu, no total, 9,6 milhões de euros de financiamento da UE ao longo do período de 2009-2011.

Cuidados essenciais para mães e bebês no Cazaquistão

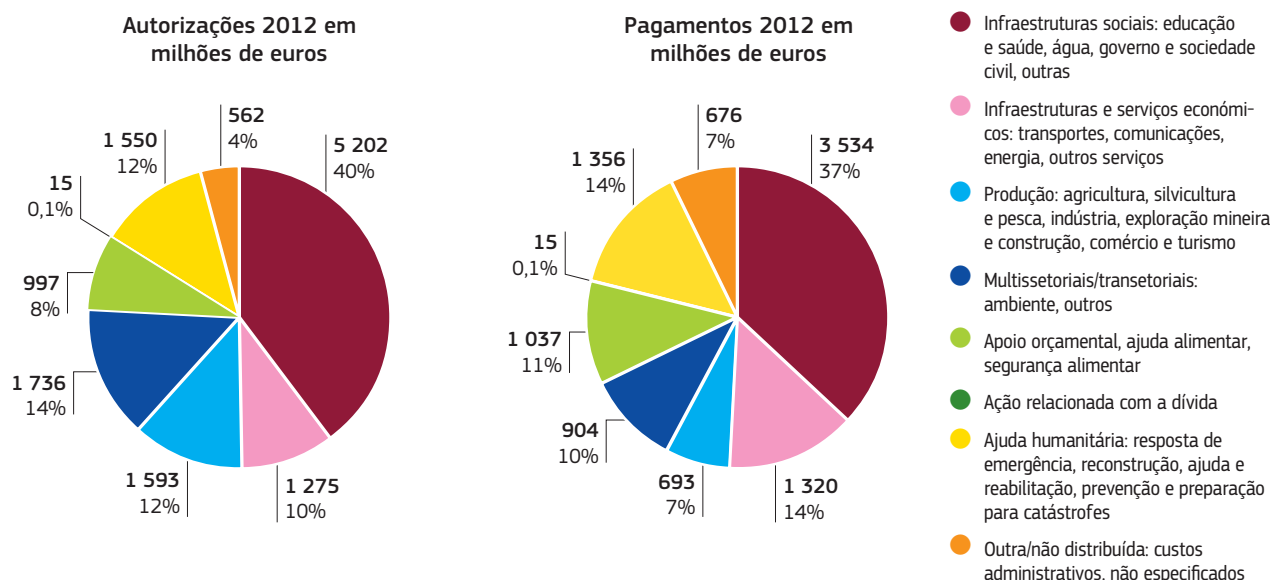
Após a independência do Cazaquistão, em 1991, registou-se uma redução do financiamento público dos serviços de saúde e, consequentemente, da respetiva qualidade. Todos os anos morrem milhares de bebês e crianças nos primeiros anos de vida por falta de cuidados adequados e a saúde materna constitui um problema grave.

Para melhorar a prestação de cuidados de saúde de pré-natais e infantis de elevada qualidade no país, a União Europeia decidiu conceder uma ajuda específica a este setor, apoiando um projeto de assistência ao Ministério da Saúde do Cazaquistão com vista à definição de uma estratégia nacional de saúde materno-infantil. As famílias, as comunidades e os prestadores de cuidados de saúde foram envolvidos no processo de reforma, que incluiu a adoção de orientações relativas aos problemas de saúde mais comuns e suas complicações. Os prestadores de cuidados de saúde receberam formação e aconselhamento.

Esta abordagem foi muito eficaz. Os serviços de saúde materno-infantil melhoraram e tornaram-se mais eficazes, tendo a capacidade dos serviços de saúde para continuar a melhorar nesta área sido reforçada. As famílias e as comunidades também passaram a estar mais implicadas na melhoria da saúde materno-infantil. «Uma das múltiplas vantagens da gestão integrada das doenças infantis reside no facto de ela nos ensinar a reduzir a distância entre o médico e o doente», salienta Polina Slugina, uma pediatra que trabalha na região de Osakarov.

Todavia, os objetivos de desenvolvimento do milénio em matéria de redução da mortalidade infantil e de melhoria da saúde materna ainda não foram atingidos no Cazaquistão.

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA AJUDA DA UE AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, 2012



Microfinanciamento para a África: pequenos empréstimos com um grande impacto

O microfinanciamento facilita o acesso dos mais pobres a recursos financeiros, mas para atingir todo o seu potencial como instrumento de desenvolvimento económico em África, é necessário que as instituições que o concedem melhorem as suas normas em matéria de gestão dos riscos e de transparência. A União Europeia prestou apoio ao programa Smartrac de desenvolvimento das capacidades para ajudar essas instituições africanas a melhorar as suas competências de gestão e controlo de riscos.

Smartrac é o acrónimo de sustentabilidade, gestão, responsabilidade, risco, transparência, segurança e cumprimento (em inglês: sustainability, management, accountability, risk, transparency, assurance and compliance). O objetivo do programa era melhorar o acesso ao crédito reforçando as competências dos prestadores de serviços de microfinanciamento locais através da transferência de conhecimentos. Foram assim disponibilizados

instrumentos de gestão de riscos às instituições de microfinanciamento e aos prestadores de serviços locais.

Esta iniciativa teve um êxito enorme. Cerca de 700 000 clientes de baixos rendimentos beneficiaram dos serviços das doze instituições de microfinanciamento apoiadas. A taxa de crescimento para os prestadores de serviços que receberam ajuda variou entre 4% e 160%.

O projeto decorreu em Angola, Gâmbia, Gana, Quênia, Maláui, Nigéria, Ruanda e Tanzânia. Entre 2006 e 2009, a UE contribuiu com um montante de 348 000 euros. A cooperação entre a União Europeia e os países ACP no domínio do microfinanciamento está atualmente abrangida pelo programa «microfinanciamento ACP/UE» (2010-2014). Os parceiros procuram desenvolver sistemas financeiros inclusivos adaptados às necessidades dos pobres para promover o crescimento e uma melhor distribuição da riqueza.

Perspetivas

Tornar realidade as nossas ambições

Ao longo dos anos, a ajuda ao desenvolvimento prestada pela União Europeia cresceu constantemente e tornou-se mais eficiente. Numa altura em que as economias de todo o mundo são afetadas pela crise, torna-se mais importante do que nunca reforçar a eficiência e elevar as expectativas. O aumento do nível de ajuda não é apenas uma manifestação de solidariedade duradoura, mas também um investimento a longo prazo.

A UE faz pressão para que os seus Estados-Membros atinjam o objetivo acordado para a ajuda pública ao desenvolvimento, ou seja, 0,7% do produto interno bruto até 2015.

A «Agenda para a mudança» identificou medidas concretas para aumentar a eficiência, nomeadamente o enfoque nos países mais necessitados, nos Estados frágeis, nos setores orientados para o crescimento, na melhor divisão do trabalho e na melhoria da governação. A aplicação desta agenda é um importante passo em frente no caminho para um mundo mais justo.

Os debates sobre o papel da política de desenvolvimento terminado o prazo de 2015 para os objetivos de desenvolvimento do milénio constituem uma oportunidade para aperfeiçoar a cooperação mundial. Em junho de 2013, com base na proposta política da Comissão «Uma vida digna para todos», a União Europeia adotou uma posição comum em que salienta que a política de desenvolvimento após 2015 deve



Trabalhador rural do Quênia beneficiário de um programa financiado pela União Europeia de apoio ao desenvolvimento do setor das frutas e produtos hortícolas.

reforçar o compromisso da comunidade internacional relativamente à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Para o efeito, há que criar um novo quadro que estabeleça níveis de vida mínimos, promova um crescimento inclusivo e sustentável, contribua para a gestão sustentável dos nossos recursos naturais, assegure a justiça, a equidade e a igualdade e tenha em conta a situação especial dos países vulneráveis e envolvidos em conflitos — preocupações fundamentais também vivamente manifestadas nas Jornadas Europeias do Desenvolvimento 2013, que se debruçaram sobre o processo pós-2015. A União Europeia continuará empenhada na defesa de um quadro ambicioso para esse período e assegurará a defesa das suas prioridades em todas as instâncias relevantes.



O desenvolvimento rural é uma das prioridades da cooperação da UE com a Gâmbia, um dos países mais pobres do mundo.

Mais informações

- ▶ **Desenvolvimento e cooperação — EuropeAid:** http://ec.europa.eu/europeaid/index_en.htm
- ▶ **Capacity4dev.eu — A rede da comunidade do desenvolvimento:** <http://capacity4dev.ec.europa.eu>
- ▶ **Serviço Europeu para a Ação Externa:** http://eeas.europa.eu/index_en.htm
- ▶ **Ajuda Humanitária e Proteção Civil:** http://ec.europa.eu/echo/index_en.htm
- ▶ **Tem perguntas sobre a UE? O serviço Europe Direct pode ajudá-lo:** 00 800 6 7 8 9 10 11 — <http://europedirect.europa.eu>

